



LAR FABIANO DE CRISTO
CNPJ: 33.948.381/0001-94

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE 2025

Balanco Social 2025. O Lar Fabiano de Cristo (LFC), fundado há 67 anos, oferece Serviços de Proteção Social Básica e Especial a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Em 2025, atuou em âmbito nacional por meio de 45 Unidades Operacionais e atendeu 19.223 pessoas. Em perfeita consonância com a Política Nacional de Assistência Social, o Lar Fabiano de Cristo desenvolve metodologia própria, acolhendo, protegendo e educando para a autotransformação e o exercício pleno da cidadania, vivenciada e construída segundo os princípios da solidariedade, do respeito e da dignidade humana. As Unidades Operacionais do LFC, que buscam atender às demandas sociais dos territórios onde se encontram, estão assim especificadas de acordo com o serviço desenvolvido: **Balanco Social 2025 - 45 Unidades: 38 Unidades de Proteção Social Básica (Pessoas e Famílias):** 1. Casa de Alimiro, em Belo Horizonte (MG); 2. Casa de André Luiz, em Passa Quatro (MG); 3. Casa de Arnaldo São Thiago, em Florianópolis (SC); 4. Casa de Cirilo, em Caçapava (SP); 5. Casa de Clara de Assis, em Natal (RN); 6. Casa de Daniel Neri, em Porto Velho (RO); 7. Casa de Eugênia, em Salvador (BA); 8. Casa de Eurípedes, em Colinas do Tocantins (TO); 9. Casa de Fernando Melo, em Caucaia (CE); 10. Casa de Francisco de Assis, em Nova Iguaçu (RJ); 11. Casa de Francisco Lamego, em Campos dos Goytacazes (RJ); 12. Casa da Fraternidade, em Três Corações (MG); 13. Casa de Hercílio, em Machado (MG); 14. Casa de Irmão Palminha, em Governador Valadares (MG); 15. Casa de Joana D'Arc, em Curitiba (PR); 16. Casa de Joana de Angelis, em Manaus (AM); 17. Casa de José, em Belém (PA); 18. Casa de Livia, em Planaltina (DF); 19. Casa de Mãe Marocas, em Duque de Caxias (RJ); 20. Casa de Mustafá, em Colatina (ES); 21. Casa de Odím de Araújo, em Bayeux (PB); 22. Casa de Pedro Richard, em Rio de Janeiro (RJ); 23. Casa de Professor Pastorino, em Goiânia (GO); 24. Casa de Rachel, em Itabuna (BA); 25. Casa de Renato, em Nova Iguaçu (RJ); 26. Casa de Rodolfo Aureliano, em Recife (PE); 27. Casa de Rodolpho Bosco, em Itajaí (SC); 28. Casa de Timóteo, em Boa Vista (RR); 29. Casa de Virginia Smith, em Fortaleza (CE); 30. Polo Bezerra de Menezes, em Jaguaretama (CE) (Virginia Smith); 31. Polo Cidade Cristã, em Sapé (PB) (Odím de Araújo); 32. Polo Fabiano de Cristo, em Manaus (AM) (Joana de Angelis); 33. Polo Júlio Forain, em Belford Roxo (RJ) (Mãe Marocas); 34. Polo Lar da Criança, em João Pessoa (PB) (Odím de Araújo); 35. Polo Lar de Cármitas, em Jaboatão dos Guararapes (PE) (Rodolfo Aureliano); 36. Casa de Vovó Aída, em São Gabriel do Oeste (MS); 37. Lar Beneficente Clara de Assis, em Caucaia (CE); 38. Alvoecer - Ação Social e Educacional, em Curitiba (PR). **2 Unidades de Proteção Social Básica - Pessoas Idosas:** 1. Casa de Convivência de Idosos Amigos Dedicados, no Rio de Janeiro (RJ). 2. Polo José Sabino, em Queimados (RJ). **1 Unidade de Proteção Social Especial (Centro-Dia):** 1. Polo Janete Figueiredo, no Rio de Janeiro (RJ). **2 Unidades de Proteção Social Especial (Acolhimento Institucional):** 1. Casa de Amélia Lindo, em Araruama (RJ); 2. Casa de Joaquim Garcia, no Rio de Janeiro (RJ). **2 Unidades de Proteção Social Especial (Instituição de Longa Permanência para pessoa Idosa - ILPI):** 1. Lar Pedro Richard, em Rio de Janeiro (RJ); 2. Casa de Marechal Mattos, em Queimados (RJ).

OAS - ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

OAS - Orientação e Acompanhamento Social	ANO 2025
Total de famílias	3.783
Total geral de pessoas beneficiadas de todas as idades	19.223
Crianças - de 0 a 5 anos	1.753
Crianças e adolescentes - de 6 a 14 anos	5.448
Adolescentes e jovens - de 15 a 17 anos	1.565
Jovens - de 18 a 29 anos	2.475
Adultos - de 30 a 59 anos	5.341
Pessoas idosas - a partir de 60 anos	2.641

RECURSOS HUMANOS

Informações Balanço - RH	Ano 2025
FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA	R\$ 40.813.726
GASTOS COM ALIMENTAÇÃO	R\$ 2.364.128
ENCARGOS SOCIAIS COMPULSÓRIOS	R\$ 3.046.359
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	R\$ 169.098
SAÚDE	R\$ 4.776.425
TRANSPORTE	R\$ 1.257.879
Nº EMPREGADOS AO FINAL DO PERÍODO	794
Nº ADMISSÕES	157
Nº ESTAGIÁRIOS	22
Nº VOLUNTÁRIOS	133
Nº REEDUCANDOS	61
EMPREGADOS ACIMA DE 45 ANOS	379
Nº MULHERES	538
Nº HOMENS	256
Nº PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	33
Nº MULHERES EM CARGO DE CHEFIA	81

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	9.705.090	17.642.556	Fornecedores		301.380	324.032
Títulos e créditos a receber		32.174	56.564	Contas a pagar	8	-	597.082
Fundo de reservas			256.635	Obrigações trabalhistas	9	2.168.417	2.130.859
		9.737.263	17.955.755	Obrigações fiscais/previdenciárias		426.133	403.379
Ativo não circulante				Provisões trabalhistas		3.441.573	3.294.507
Depósitos Judiciais		3.608	3.608	Provisão de contingências	10	367.362	104.937
Imóveis para venda	5	15.473.853	15.524.253	Outros créditos	11	2.469.545	2.469.545
		15.477.461	15.527.861			9.174.410	9.324.341
Investimentos	6	4.318.471	4.268.071	Patrimônio Líquido	12		
Imobilizado	7	90.529.006	85.186.460	Patrimônio social		37.333.840	47.055.219
(-) Depreciação acumulada	7	(28.271.635)	(26.553.537)	Ajuste de avaliação patrimonial	13	51.720.126	52.902.992
		66.575.841	62.900.994	Ajuste exercício anteriores	14	294.705	(302.376)
		82.053.302	78.428.855	Déficit acumulado		(6.732.516)	(12.595.566)
TOTAL ATIVO		91.790.566	96.384.610	TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		91.790.566	96.384.610

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)			
	Nota	2025	2024
RECEITAS			
Receita social	15	31.921.673	32.627.950
Receitas de convênios	16	20.890.012	13.201.554
Receitas de doações	17	4.140.631	3.197.360
Receitas contingências - proc. judiciais	18	1.843.309	1.956.838
Receitas de taxas administrativas	19	1.037.905	972.881
Receitas de subvenções	20	827.578	831.320
Receitas extraordinárias	21	323.271	1.043.752
Receita financeira		1.764.311	2.185.927
Receitas com trabalho voluntário	30	1.395.688	1.739.717
Receitas com isenções usufruídas	30	9.143.839	7.093.388
		73.288.218	64.850.687
Despesas			
Despesa com pessoal	22	(43.418.916)	(43.129.458)
Despesas gerais	23	(8.191.469)	(7.950.135)
Despesas operacionais	24	(5.773.807)	(5.244.775)
Despesas com convênios	25	(4.830.375)	(4.128.221)
Desp. c/programas filantrópicos-parceiras	26	(1.907.525)	(1.910.773)
Despesas de subvenções	27	(483.084)	(826.591)
Despesas extraordinárias	28	(452.981)	(79.100)
Despesas com doação		(127.737)	(138.538)
Despesas com contingências		-	(104.937)
Despesas com depreciação		(2.208.156)	(2.139.984)
Despesas tributárias	29	(331.603)	(204.213)
Despesas financeiras		(64.232)	(40.436)
Despesas com trabalho voluntário	30	(1.395.688)	(1.739.717)
Despesas com isenções usufruídas	30	(9.143.839)	(7.093.388)
		(78.329.413)	(74.572.060)
Déficit do período		(5.041.194)	(9.721.379)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit (déficit) acumulados	Ajuste Exercício anterior	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	55.073.793	54.615.375	(12.145.428)	-	97.543.739
Ajuste de exercício anteriores	-	-	-	(762.093)	(762.093)
Incorporação do resultado 2023 conf. AGO	-	-	-	8.018.574	8.018.574
Realização do ajuste patrimonial	-	(1.712.383)	1.252.666	459.716	(9.721.379)
Déficit do período	-	-	(9.721.379)	-	(9.721.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	47.055.219	52.902.992	(12.595.567)	(302.376)	87.060.268
Ajuste de exercício anteriores	-	-	-	597.081	597.081
Incorporação do resultado 2024 conf. AGO	-	-	-	9.721.379	9.721.379
Realização do ajuste patrimonial	-	(1.182.866)	1.182.866	-	-
Déficit do período	-	-	(5.041.194)	-	(5.041.194)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	37.333.840	51.720.126	(6.732.516)	294.705	82.616.156

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL: O Lar Fabiano de Cristo, fundado em 08 de janeiro de 1958, associação para fins não econômicos, prestador de assistência social de âmbito nacional, tem como principal fonte de receita as contribuições filantrópicas oriundas dos associados contribuintes da Capemisa Instituto Social e as aplica, integralmente, nas suas finalidades estatutárias. **2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As Demonstrações Contábeis do Período de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação vigente, principalmente das previstas nas leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a NBC/TG1000 - nos ASPECTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS EM ENTIDADES DIVERSAS CONSIDERADAS COMO MÉDIO E PEQUENO PORTE e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros, para contabilização das operações, associadas às normas do Comitê de Pronunciamento Técnico - CPC e são apresentadas comparativamente com as do Exercício de 2024, expressas em reais. Essas leis têm o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergências das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. **2.1 - BASE DE MENSURAÇÃO:** As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo: Imóveis de uso classificados no Ativo Imobilizado e Propriedades para Investimentos. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais (R\$). **2.2 - CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Estas Demonstrações Contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração em 11 de março de 2025. **2.3 - USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS:** A apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:** As receitas e as despesas são reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, são evidenciados em conta específica do passivo. As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. A entidade, sempre que necessário, constitui provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixa os valores prescritos, incobráveis e anistados. O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços é reconhecido pelo valor efetivamente praticado. Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, apuradores, reguladores e usuários em geral. O trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Aplica-se aos ativos não monetários

a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos. Na adoção inicial da NBC TG 1000, a entidade adotou os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG 10 nas Propriedades para Investimentos e nos ativos Imobilizados (Imóveis de uso). **3.1 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (Impairment):** Os Ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. No caso de ágio e Ativos Intangíveis com vida útil indefinida ou ativo intangível em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução do valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior entre o valor estimado na venda e o seu valor de uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. No exercício de 2025, foram realizados os estudos de recuperabilidade dos bens imóveis do Lar Fabiano de Cristo e não foram constatados por consultores especializados, nenhuma redução ao valor recuperável de ativos. **3.2 - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS:** De acordo com o pronunciamento da seção 16 da NBC TG1000, as propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou para valorização do capital podem ser registradas como propriedades para investimentos. A entidade é proprietária de diversos imóveis com tais características e está demonstrando pelo valor justo com base em preço de mercado atualizado, conforme laudo de especialistas externos no exercício de 2012. Os especialistas utilizaram preços observáveis no mercado, ajustados, a natureza, à locação ou às condições do ativo específico. As variações do valor justo quando existentes, são reconhecidas como ganho no resultado do exercício.

4 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	2025	2024
Disponível - Bancos conta movimento	280.260	594.866
Aplicações financeiras	9.424.830	17.047.690
Total	9.705.090	17.642.556

Representadas por valores em aplicações financeiras de curto prazo de liquidez imediata e longo prazo, em títulos de renda fixa, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos em cada exercício fiscal, com base no regime de competência. **5 - IMÓVEIS PARA VENDA:** O Lar Fabiano de Cristo possui imóveis classificados como *Imóveis para Venda*, uma vez que a administração está comprometida com o plano de alienação desses ativos, cuja venda é considerada altamente provável, encontrando-se disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. Tal classificação está em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 31 e pela NBC TG 31, que disciplinam a contabilização de ativos mantidos para venda. Há um imóvel que foi desapropriado por meio da ação judicial nº 0002407-81-2022.8.19.0008, movida pela Prefeitura de Belford Roxo, cujo processo transitou em julgado em 02/12/2025, com decisão favorável ao Lar Fabiano de Cristo. O referido ativo encontra-se tratado em conformidade com o CPC 25 e a NBC TG 25, considerando o custo histórico de aquisição e a respectiva atualização monetária (IPC-10) em seus registros contábeis.

6 - INVESTIMENTOS

Descrição	Propriedades para Investimento líquido em 31/12/2025	Propriedades para Investimento líquido em 31/12/2024
Terenos	2.585.846	2.535.447
Edificações	1.729.288	1.729.288
Subtotal	4.315.134	4.264.735
Imóveis	3.336	3.336
Subtotal	3.336	3.336
Total	4.318.471	4.268.071

Os Investimentos no valor de R\$ 3.336 (Três mil, trezentos e trinta e seis reais), referente a ações Telebraz.

7 - IMOBILIZADO

2025 - Descrição	Taxa de depreciação 3; 4 e 5	Imobilizado líquido em 31/12/2024	Custo de aquisição em 31/12/2025	Depreciações acumuladas em 31/12/2025	Imobilizado líquido em 31/12/2025
Edificações	-	7.063.297	12.632.774	(3.058.250)	9.574.524
Edificações - avaliação ICPC10	-	17.690.728	34.163.744	(17.580.710)	16.583.034
Terenos	-	1.777.561	1.777.561	-	1.777.561
Terenos - avaliação ICPC10	-	28.973.907	28.973.907	-	28.973.907
Benefit, em propriedade de terceiros	-	-	971.588	(12.794)	958.794
Imóveis de uso próprio		55.505.493	78.519.573	(20.651.754)	57.867.819
Máquinas e equipamentos	10	1.481.853	6.139.463	(4.528.246)	1.611.217
Móveis e utensílios	10	507.897	1.863.523	(1.332.834)	530.689
Veículos	20	639.670	2.581.804	(1.724.951)	856.853
Bens móveis		2.629.420	10.584.790	(7.586.031)	2.998.759
Doações - equipamentos		35.654	57.693	(33.517)	24.176
Doações - móveis		-	5.000	(333)	4.667
Doações - Imóveis		35.654	62.693	(33.850)	28.843
Bens imóveis		462.357	1.361.949	-	1.361.949
Imobilizações em curso		462.357	1.361.949	-	1,361,949
Total do imobilizado		58.632.924	90.529.006	(28.271.635)	62.257.371
2024 - Descrição	Taxa de depreciação 3; 4 e 5	Imobilizado líquido em 31/12/2023	Custo de aquisição em 31/12/2024	Depreciações acumuladas em 31/12/2024	Imobilizado líquido em 31/12/2024
Edificações	-	7.416.965	9.752.968	(2.689.671)	7.063.297
Edificações - avaliação ICPC10	-	21.419.795	34.163.744	(16.473.016)	17.690.728
Terenos	-	5.784.045	1.777.561	-	1.777.561
Terenos - avaliação ICPC10	-	29.821.377	28.973.907	-	28.973.907
Imóveis de uso próprio		64.442.181	74.668.180	(19.162.687)	55.505.493
Máquinas e equipamentos	10	1.403.765	5.844.303	(4.362.450)	1.481.853
Móveis e utensílios	10	447.827	1.849.656	(1.341.759)	507.897
Veículos	20	753.172	2.302.612	(1.662.942)	639.670
Bens móveis		2.604.764	9.996.571	(7.367.152)	2.998.420
Doações - equipamentos					



LAR FABIANO DE CRISTO
CNPJ: 33.948.381/0001-94

16 - RECEITAS COM CONVÊNIOS

	2025	2024
Proj. Sinergia - Inst. Capemisa Social	9.368.337	3.406.668
Convênios - Banco do Brasil	2.737.642	2.867.377
Receita Conv. Capemisa - Marechal Mattos	2.697.883	2.253.479
Convênio - Clube Salutar	1.625.598	771.125
Rec. Conv. Capemisa Social Nutrindo Vidas	1.200.000	1.200.000
Fundação de Ação Social - R Bosco	937.417	862.195
Projeto Cidadão em Construção - PMCG	333.797	333.797
Receita Contribuição Idoso	249.694	219.760
Convênio - PREVI	221.676	251.701
Outros Convênios	1.517.967	1.035.451
Total	20.890.012	13.201.554

16.1 Projeto Sinergia - Convênio com Instituto Capemisa Social: O Projeto Sinergia é um convênio firmado entre o Instituto Capemisa Social e o Lar Fabiano de Cristo, onde o Instituto visa oferecer assessoramento político, técnico, administrativo e apoio financeiro, de forma continuada, para o Lar Fabiano de Cristo, a fim de realizar as atividades nas suas unidades, e proporcionar meios para a execução dos serviços e programas ofertados, compreendendo gastos com infraestrutura, e benefícios diretos a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, visando contribuir para a promoção social e segurança alimentar e nutricional das mesmas, impactando 13.743 pessoas atendidas em 30 filiais, localizadas em diversos estados do Brasil. **16.2 Convênio com Banco do Brasil:** O convênio com o Banco do Brasil tem por objetivo o desenvolvimento de atividades de proporcionar a promoção, integração e formação profissional de jovens ao mundo do trabalho com apoio físico, mental e psicológico por parte do Lar Fabiano de Cristo. **16.3 Projeto Nutrindo Vidas - Convênio com Capemisa Social:** O Projeto Nutrindo vidas Sinergia é um outro convênio firmado entre a Capemisa Social e o Lar Fabiano de Cristo, denominado "NUTRINDO VIDAS" e tem como finalidade contribuir para a segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, atuando através da educação alimentar e ambiental, na preservação da saúde e na inclusão social dos atendidos, e visa impactar cerca de 3.000 pessoas, atendidas em sete unidades do Lar Fabiano de Cristo.

17 - RECEITA DE DOAÇÃO

	2025	2024
Capemisa Seguradora	2.620.088	2.045.777
Capemisa Capitalização	400.000	364.419
Capemisa Social	241.945	241.872
Pessoa física	217.373	352.705
Outras receitas de doações	661.226	192.587
Total	4.140.631	3.197.360

17.1 Capemisa Seguradora, Capemisa Capitalização e Capemisa Social: Em 2025 e 2024, a Capemisa Seguradora, Capemisa Capitalização e o Instituto Capemisa Social realizaram doações espontâneas ao Lar Fabiano de Cristo.

18 - RECEITA COM PROCESSOS JUDICIAIS

	2025	2024
Receita da ação - Liminar PIS	1.459.902	-
Ganho de outras Ações Judiciais	383.407	1.956.838
Total	1.843.309	1.956.838

19 - RECEITA TAXAS ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Associação Clube Salutar	608.750	609.437
Jovem Aprendiz - Banco do Brasil	362.056	318.366
Convênio Capemisa	49.500	-
Jovem Aprendiz - Previ	17.600	22.400
Outras taxas administrativas	-	22.678
Total	1.037.905	972.881

20 - RECEITA DE SUBVENÇÕES

	2025	2024
Convênio Transformar (Municipal)	373.428	226.320
Pref. Munic. Passa Quatro-Subvenção	113.550	50.000
Convênio Municipal - Cirilo	102.500	253.000
Convênio Estadual - Cirilo	35.000	42.000
Convênio Fundeb - Perf. Munic. Machado	24.000	70.000
Conv. Programa Prospera Família	20.500	190.000
Outras Subvenções	158.600	-
Total	827.578	831.320

21 - RECEITA EXTRAORDINÁRIAS

	2025	2024
Receita c/locação de imóveis	208.022	415.896
Ganhos patrimoniais	115.249	627.856
Total	323.271	1.043.752

22 - DESPESAS COM PESSOAL

	2025	2024
Salários	24.285.877	23.701.774
Assistência médica a empregado	4.776.425	4.159.027
Despesa com férias	4.563.732	4.129.143
FGTs	3.046.359	2.679.563
Décimo terceiro salário	2.241.936	2.205.390
Cesta básica	1.672.468	1.491.811
Vale transporte	757.189	1.187.292
Outras despesas com pessoal	2.074.929	3.575.458
Total	43.418.916	43.129.458

22.1 Remuneração de Dirigentes: A partir de 2024, o Lar Fabiano de Cristo aprovou em estatuto por remunerar sua Diretoria.

23 - DESPESAS GERAIS

	2025	2024
Serviço prestado PJ	2.227.404	2.052.382
Energia	845.706	925.968
Reparos e conservação bens móveis/moveis	477.855	787.934
Material de higiene e limpeza	504.136	494.707
Combustíveis e lubrificantes	309.630	305.256
Licença para uso de software	320.208	290.760
Água e esgoto	285.747	273.117
Despesas de aluguel	396.974	243.360
Gás	222.131	219.997
Viagens e hospedagens	333.450	205.911
Utilidades	213.108	191.910
Condomínio	213.578	187.623
Telefonia	159.061	181.398
Material de expediente	160.503	166.556
Reparo em veículos	193.291	164.917
Dedetização	156.395	149.294
Seguros	111.587	107.973
Serviços prestados por pessoa física	265.036	128.087
Despesas legais e judiciais	83.857	103.835
Outras despesas gerais	711.812	769.150
Total	8.191.469	7.950.135

24 - DESPESAS OPERACIONAIS: As despesas operacionais, também conhecidas como Despesas com Programa Sociofamiliar, é onde se registra todo custo da operação de cada unidade operacional do Lar Fabiano de Cristo, com o atendimento social a pessoas e famílias.

25 - DESPESAS CONVÊNIOS

	2025	2024
Convênio - Clube Salutar	1.572.050	729.543
Convênios - Banco do Brasil	736.324	880.657
Fund. Mun. de Ação Social-Rodolpho Bosco	520.174	409.823
Projeto Cidadão em Construção	289.888	322.314
Projeto de Contribuição Idoso	248.591	254.965
Capemisa Vida e Previdência	228.633	135.065
Projeto da Pessoa Idosa - PM Caçapava	147.282	105.300
Projeto - GR. Com. Semi Joias Ltda.	131.454	101.861
Projeto Acolher Prefeitura Araruama	107.697	109.595
Em. Parlamentar - SCFV - Irmão Palminha	82.998	150.272
Convênio Pref. Municipal Três Corações	35.098	43.618
Convênio Vale/NDHE Marabá e Tucumã	16.675	22.362
Projeto Moema	8.068	415.366
Termo colab. 12/2025-SCFV -federal	90.808	-
Projeto Abra-se Viver & Envelhecer	87.333	75.698
Proj. Sementes do Amanhã	80.815	-
Outros convênios	446.486	371.782
Total	4.830.375	4.128.221

26 - DESPESAS PARCERIAS

	2025	2024
Lar Pedro Richard	1.022.874	1.066.260
Lar Benef. Clara de Assis	105.000	120.000
Grupo Espírita-Vovó Aida	360.007	359.993
Inst. Cult. Ed. André Luiz-Dani	364.119	362.001
Outras Instituições	55.525	2.519
Total	1.907.525	1.910.773

27 - DESPESAS SUBVENÇÕES

	2025	2024
Subvenção Municipal Caçapava Casa Cirilo	120.983	299.484
Subvenção Municipal Salvador/BA - Proj. Transformar	80.874	171.466
Subvenção da Perf. Munic. Passa Quatro/MG	60.000	190.000
Pref. Munic. Passa Quatro/MG	52.500	50.000
Subvenção da Perf. Munic. Passa Quatro/MG	49.950	-
Subvenção Estadual de SP Casa Cirilo	42.738	43.227
Subvenção Fundeb - Perf. Munic. Machado	19.601	70.014
Outras Subvenções	56.437	2.400
Total	483.084	826.591

28 - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

	2025	2024
Perda com alienação de imobilizado	383.407	-
Perdas Patrimoniais pequeno valor	20.685	(79.100)
Artesanato	48.889	-
Total	452.981	(79.100)

29 - DESPESAS TRIBUTÁRIA

	2025	2024
Impostos e Taxas Federais	119.463	108.653
Impostos e Taxas Estaduais	28.320	35.415
Impostos e Taxas Municipais	39.969	60.146
Total	187.752	204.213

30 - OUTRAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS: 30.1-Trabalho Voluntário: O Lar Fabiano de Cristo durante o exercício de 2025 contou com o trabalho de 133 voluntários. Com as informações exigidas pela norma NBC TG1000, está apresentando o valor da prestação de serviço no total de R\$ 1.395.688 (R\$ 1.739.717 em 2024). **30.2- Outros Benefícios Fiscais (Isenção Tributária - CPC 07/item 13-C):** O Lar Fabiano de Cristo tem por sua finalidade e objetivos, atender aos requisitos da legislação em vigor. As isenções demonstradas são do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e demais impostos e contribuições alcançados pela sua condição de entidade isenta. **30.3 - Unidades do Lar Fabiano de Cristo:** O Lar Fabiano de Cristo desenvolve atividades em suas 45 unidades (quarenta e cinco) assim distinguidas: Unidades de Proteção Social Básica e Unidades de Proteção Social Especial.

Regina Maria de Oliveira - Presidente
José Carlos Nunes Camarinha - Contador - CRC-RJ 091385/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do LAR FABIANO DE CRISTO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, realizou uma reunião virtual no dia 12 de março de 2026 para examinar as Demonstrações Contábeis. Estas compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa, bem como as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados ao longo do exercício, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração, e considerando o Relatório dos Auditores Independentes - Grupo AUDISA, datado de 10 de março de 2026, o Conselho Fiscal concluiu que os referidos documentos estão em perfeita ordem, manifestando-se pela sua aprovação. Rio de Janeiro, 12 de março de 2026. Claucir Barbosa da Silva - Presidente do Conselho Fiscal.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do LAR FABIANO DE CRISTO que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase. Retificação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 14 às Demonstrações Contábeis (Balanço, DRP, DMPL e DFC), que divulga quanto ao registro na conta de ajustes de exercícios anteriores, e aos valores referentes ao exercício anterior do LAR FABIANO DE CRISTO reconhecidos em 2025. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, não estão sendo representados para comparação, em função da característica de impraticabilidade na reapresentação, conforme previsto na Resolução CFC nº 1.179/2009 - NBC TG 23 (R2) - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na avaliação das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevan-

tes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Barueri-SP, 10 de março de 2026.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3
Alexandre Chiaratti do Nascimento
Sócio - Contador
CRC/SP "RJ" 187.003/O-0 - CNAI/SP 1620
Ana Paula F. Paixão Oliveira
Sócia - Contadora
CRC/RJ 079.557/O-9

ESCOAMENTO

Agro brasileiro exportará via Turquia para contornar Estreito de Ormuz

O setor agropecuário brasileiro poderá manter as exportações ao Oriente Médio e Ásia Central via Turquia. O Ministério da Agricultura e Pecuária anunciou nesta quinta-feira (26) o fechamento de um acordo para tornar viável uma rota alternativa de transporte de produtos do agronegócio após o fechamento do Estreito de Ormuz, afetado pela guerra no Oriente Médio.

A medida tem como objetivo evitar prejuízos ao fluxo de exportações, especialmente para mercados do Oriente Médio e da Ásia Central.

Com o acordo, a estrutura portuária turca passa a funcionar como ponto estratégico para o escoamento da produção brasileira. As cargas podem seguir viagem sem a necessidade de atravessar o Golfo Pérsico, uma das regiões mais afetadas pelo conflito.

A rota já era utilizada por exportadores, mas ganhou relevância com o agravamento da crise e o bloqueio de uma das principais vias marítimas do mundo.

Na prática, o novo arranjo

logístico permite maior flexibilidade aos exportadores brasileiros. As cargas podem atravessar o território turco ou permanecer armazenadas por um período limitado até o embarque final.

Em nota, a pasta afirmou que a iniciativa traz mais previsibilidade ao setor em um momento de instabilidade nas rotas internacionais e reforça a atuação do governo para manter o comércio agropecuário em funcionamento.

A ampliação do uso da rota alternativa exigiu adaptações. A Turquia passou a impor regras sanitárias mais rígidas para produtos sujeitos a controle veterinário, especialmente os de origem animal.

Para contornar o problema, o governo brasileiro negociou a adoção de um Certificado Veterinário Sanitário específico, que permite o trânsito ou o armazenamento temporário das mercadorias em território turco antes do envio ao destino final.

Segundo o ministério, a medida garante que os produtos atendam às exigências

locais e evita interrupções no comércio.

O Estreito de Ormuz é uma das principais rotas marítimas do planeta, responsável por conectar o Golfo Pérsico ao Oceano Índico. A via é estratégica para o transporte de petróleo e produtos agropecuários.

O fechamento da passagem tem impacto direto no comércio global e preocupa o agronegócio brasileiro não apenas pelas exportações, mas também pela dependência de insumos importados, principalmente de fertilizantes.

O Brasil importa cerca de 85% dos fertilizantes que utiliza, e entre 20% e 30% das exportações globais desses produtos passam pela região afetada pelo conflito.

A interrupção da rota aumenta o risco de desabastecimento e pressiona custos de produção, o que pode afetar a produtividade agrícola nos próximos ciclos.

"A medida confere mais segurança e previsibilidade aos exportadores brasileiros em um momento de instabilidade nas rotas internacionais



A medida visa evitar prejuízos ao fluxo de exportações, especialmente para mercados do Oriente Médio e da Ásia Central.

e reforça a atuação do Ministério da Agricultura para manter

o comércio agropecuário brasileiro em funcionamento", des-

tacou o Ministério da Agricultura e Pecuária em nota.